

AMBIÊNCIAS HOMOSSOCIOTÉCNICAS: homossociabilidade e homofilia com espaços masculinistas online¹

HOMOSOCIOTECHNICAL AMBIANCES: homosociability and homophily with online masculinist spaces

Gracila Vilaça²

Resumo: O artigo introduz a perspectiva das ambiências homossociotécnicas que busca desnaturalizar e provincializar espaços monossexuais masculinos coconstituídos com as plataformas online, sem perder de vista as textualizações contingentes e situadas que dinamizam e enredam essas formações sociais e técnicas. Para tanto, contextualizamos a relação entre masculinismo e contramovimento masculinista, passando pela emergência do estereótipo do homem. Com isso, refletimos sobre as suas afinidades com as plataformas online e a ampliação desses arranjos por meio de guerras contemporâneas nos âmbitos culturais e de gêneros. Além disso, fundamentamos a perspectiva por meio do aparato teórico das performatividades sociotécnicas. Então, discutimos a ambiências homossociotécnicas, entrelaçando atores humanos e não humanos com a pedagogia homosocial de masculinidades e com a arquitetura homofílica das plataformas online. Por fim, apresentamos algumas críticas e alguns limites da perspectiva.

Palavras-Chave: ambiências homossociotécnicas 1. masculinismo 2. plataformas online 3.

Abstract: The paper introduces the perspective of homosociotechnical ambiances which seeks to de-naturalize and provincialize male single-sex spaces co-constructed with online platforms, without losing sight of the contingent and situated textualizations that dynamize and entangle these social and technical assemblages. To do so, we contextualize the relationship between masculinism and the masculinist counter-movement, addressing the emergence of the stereotype of men. Then, we reflect on their affinities with online platforms and the expansion of these arrangements through contemporary cultural and gender wars. Furthermore, we ground the perspective through the theoretical framework of sociotechnical performativities. We move to discuss homosociotechnical ambiances, intertwining human and non humans actors with the homosocial pedagogy of masculinities and the homophilic architecture of online platforms. Finally, we present some critiques and limitations of the perspective.

Keywords: homosociotechnical ambiances 1. masculinism 2. online platforms 3.

¹ Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades do 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba – PR. 10 a 13 de junho de 2025.

² Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do R-EST (estudos redes sociotécnicas) da UFMG. E-mail: gracilav@gmail.com

1. Introdução

A associação entre masculinismo e plataformas online é um fenômeno de grande relevância na contemporaneidade. Por um lado, esse arranjo tem proporcionado as condições, os limites e as possibilidades para a emergência de contramovimentos masculinistas, como a transnacional *manosphere* – uma rede multiplataforma e dissensual em que homens se masculinizam com outros homens em espaços online por meio de um contraste violento de seus grupos com as suas outridades. Por outro, a própria arquitetura das plataformas online parece se coconstituir com os pressupostos masculinistas do Vale do Silício. Isso ficou mais saliente em janeiro de 2025, quando o fundador e diretor-executivo da Meta, Mark Zuckerberg, anunciou em sua conta no Instagram que a sua *Big Tech* se alinharia a Donald Trump e a Elon Musk, nominalmente citados na publicação, clamando por mais “liberdade de expressão” e “energia masculina” nas empresas em nome de uma certa “liberdade de expressão”, o que deixou populações historicamente vulnerabilizadas e minorizadas ainda mais desprotegidas frente às violências que a elas são direcionadas com as plataformas online desse e de outros empresários do Vale do Silício.

Nesse sentido, a internet parece consubstanciar a emergência de ambiências que podem privilegiar a intensificação do masculinismo. Assim, a tentativa deste artigo é apresentar e discutir uma perspectiva de observação dos espaços homossociais e homofílicos arranjados com as plataformas online. Essa perspectiva, aqui chamada de ambiências homossociotécnicas, tem como proposta desnaturalizar e provincializar esses espaços monossexuais masculinos coconstituídos com a materialidade da internet, sem perder de vista as textualizações contingentes que enredam e agrupam formações desse tipo.

Em um primeiro momento, o artigo contextualiza a relação entre masculinismo e contramovimento masculinista, passando pela emergência do estereótipo do homem. Com isso, refletimos sobre a reunião desses projetos masculinistas com as plataformas online por meio de guerras contemporâneas que ocorrem em âmbitos culturais e de gêneros. Em um segundo momento, apresentamos o aparato teórico que fundamenta a perspectiva das ambiências homossociotécnicas. Esse aparato combina Estudos de Ciência e Tecnologia (STS³, na sigla em inglês) com Estudos Feministas, um subcampo conhecido como STS Feministas. Por meio dele, concatenamos discussões que referenciam o nosso entendimento das performatividades sociotécnicas. Por fim, apresentamos a perspectiva das ambiências

³ *Science and Technology Studies*.

homossociotécnicas, que reúne atores humanos e não humanos por meio do aprendizado homossocial de masculinidades e da arquitetura homofílica das plataformas online. Por fim, pontuamos algumas críticas e alguns limites da perspectiva apresentada.

2. Masculinismo e guerras culturais e de gênero

O masculinismo é um fenômeno sócio-histórico que coemerge por meio de práticas, dinâmicas e protocolos contextuais. Segundo Melissa Blais e Francis Dupuis-Déri (2012), na língua inglesa, o termo tende a chamar atenção para o entrelaçamento entre o referente masculino e as diferentes estruturas que edificam a sociedade. Com George Mosse (1996), é possível resgatar a história dessa fusão. O autor observa esse enredamento por meio do que ele designa como modelo masculino, masculinidade normativa e imagem ou estereótipo do homem. Trata-se de um projeto moderno inicialmente europeu que retroage até aproximadamente a segunda metade do século XVIII, quando a sociedade daquele continente passou a ser estratificada em classes socioeconômicas, e não mais em castas. Nesse momento, a construção do estereótipo masculino se apropriou da imagem de jovens homens semideuses da Grécia Antiga, cuja brancura era tida como transparente, para equacioná-los com a beleza humana (Mosse, 1996). Conforme o autor, como o caráter homoerótico da sublimação dessa beleza masculina tornou-se uma preocupação social, a educação incorporou um certo treino militar de preparação patriótica, produzindo “homens de verdade” como aqueles que seriam testados em batalhas e que estariam a serviço de algo maior do que si mesmos.

Conta o autor que, em meados do século XIX, esse modelo militarizado do homem foi friccionado com o cristianismo, o que gerou tensões com a masculinidade cristã, já que esta confiava na força de Cristo, aceitando a sua própria impotência. Para Mosse (1996), como o cristianismo revisou a masculinidade normativa, mas não chegou a oferecer uma alternativa, emergiu um certo “cristianismo muscular”; uma combinação de moralidade cristã e gosto estético grego empenhada em “lutar a boa luta” contra o pecado, por meio de autocontrole, ativismo e fortalecimento da família patriarcal.

No século XX, Mosse (1996) observa que as Guerras Mundiais (GM) podem ser pensadas como o clímax da masculinidade moderna. No caso da I GM, elementos da imagem do homem foram acirrados devido a uma aproximação mais intensa entre o modelo normativo e o militarismo. Porém, durante o Período Entreguerras, uma proposta de masculinidade mais afeita ao socialismo tensionou a masculinidade normativa ao reivindicar

a renúncia da força e do nacionalismo (Mosse, 1996). No entanto, à medida que a sociedade soviética passou a ser vista como ameaça, as distinções entre esse “novo homem” e o estereótipo do homem foram se dissolvendo porque ambos os modelos passaram a compartilhar uma oposição contra a “ameaça comunista”. Conforme Mosse (1996), a masculinidade normativa cooptou a proposta socialista, voltando a atenção do ideal masculino para a classe trabalhadora, o que produziu uma conexão quase direta entre o trabalho manual e o estereótipo do homem.

Ao ser aproximado da masculinidade normativa, o trabalhador ideal tornou-se figura fundamental para a II GM (Mosse, 1996). Com ele, os fascismos sublimaram o estereótipo masculino, tornando sua imagem ainda mais brutal e bestial, por um lado, e mais sóbria e desapaixonada, por outro, porque a masculinidade normativa foi testada em campo de batalha e triunfante frente ao desafio da morte. Para Mosse (1996), nesse período, o modelo masculino se associou mais fortemente ao racismo porque este simplifica o reconhecimento do inimigo, destaca a agressividade e a característica bélica da masculinidade, e não propõe um grande deslocamento do estereótipo masculino.

A II GM produziu os Estados Unidos como uma nova potência mundial, o que opôs o modelo capitalista estadunidense e o modelo comunista soviético, intensificando processos de novas colonialidades e de globalização imperialista, dividindo o mundo de novas maneiras. Na esteira da II GM (1939-1945), da Guerra do Vietnã (1959-1975) e do assassinato de John Fitzgerald Kennedy (1963), a nova potência imperialista global também experienciou uma certa guerra doméstica nos anos 1960, debatendo-se entre influências de Esquerda e de Direita em uma guerra cultural (Hartman, 2015). Esse confronto ocorreu entre o que Andrew Hartman (2015) chama de “os Estados Unidos normativos” e movimentos mais afeitos à Esquerda, que buscavam questionar a ideia de modernidade que circulava no país.

É nesse mesmo contexto da década 1960 e das guerras culturais que, como discute Mara Vigoya (2018), os feminismos passaram a explicitar a centralidade que o estereótipo do homem ocupava (e ainda ocupa) nas sociedades ocidentais, já que essa normativa havia chegado ao ponto de se tornar sinônimo de humanidade e de produzir um mundo em que tudo e todos gravitam ao seu redor. Isso contingenciou a emergência de um antifeminismo (Blais; Dupuis-Déri, 2012). Se, até então, as revisões que incidiram sobre a masculinidade normativa produziram apenas ações defensivas contra reivindicações feministas pontuais, como os antissufragistas da metade do século XIX (Mosse, 1996), a partir de meados dos anos 1980

essa oposição tornou-se mais ampla, mais reacionária e mais conservadora (Blais; Dupuis-Déri, 2012; Kimmel, 2017; Vigoya, 2018; Marwick; Caplan, 2018). Essa oposição emergiu em um contexto de recessão econômica que impactou o mercado de trabalho na segunda metade dos anos 1980, afetando a autoestima masculina provedora e favorecendo a ascensão do conservadorismo (Blais; Dupuis-Déri, 2012; Kimmel, 2017).

O antifeminismo parece ser o gérmen do que Blais e Dupuis-Déri (2012) identificam como contramovimento masculinista, que é o que o termo “masculinismo” tende a pactuar em francês. O contramovimento masculinista é um movimento antifeminista dinâmico que não chega a ser um movimento social⁴. Para Blais e Dupuis-Déri (2012), esse contramovimento elege o feminismo liberal⁵ como bode expiatório e não apenas se opõe a ele, como outros tipos de antifeminismo, mas advoga por sistemas sociais, econômicos e políticos desiguais e assimétricos, sendo uma espécie de contestação às revisões que incidem sobre a masculinidade normativa. Para Lucy Nicholas e Christine Agius (2018), o contramovimento age por meio de manobras que fabricam um cenário de “pós-feminismo” em que a persistência dos feminismos é reenquadrada como uma “defesa dos privilégios das mulheres”.

Então, por um lado, há um movimento que explicitamente se ordena pela reafirmação de hierarquias baseadas em gêneros, sexualidades, raças e classes, retirando-as do seu lugar cotidiano e transformando-as em armas. É isso que Blais e Dupuis-Déri (2012) postulam como contramovimento masculinista. Por outro lado, há um aspecto plenamente ordinário das supremacias masculina, branca e cisheterossexual promulgadas com o modelo normativo do homem. Em razão de sua reiteração sócio-histórica, o masculinismo disfarça o gênero masculino como interesse geral de uma sociedade (Wezler-Lang, 2001). Portanto, em seu aspecto ordinário, trata-se de um esforço de universalizar privilégios e aspectos da masculinidade normativa, produzindo-se contra outridades. O contramovimento masculinista e o masculinismo são dois lados de uma mesma moeda.

A partir dos anos 1990, o masculinismo parece ter se intensificado com a internet (Marwick; Caplan, 2018). É nesta década que Richard Barbrook e Andy Cameron (1996)

⁴ Para Blais e Dupuis-Déri (2012), um contramovimento é uma reação geralmente conservadora a um movimento anterior, emergindo associado a uma força dominante. Já um movimento social estaria mais relacionado ao desenvolvimento e à emancipação de seus grupos.

⁵ Ao eleger o “feminismo liberal” como ameaça, o contramovimento masculinista repactua a mulher branca, cisheterossexual e de classe média como feminista-modelo. Isso é revelador do estereótipo que o contramovimento considera seu contratipo.

observaram a influência da Direita sobre a “mídia alternativa” do Vale do Silício que, embora concebida como uma iniciativa privada nos anos 1960, recebeu financiamento do Governo estadunidense com foco militar. Conforme pesquisa de Alice Marwick e Robyn Caplan (2018), é na década de 1990 que ocorre a ascendência online do termo “*misandry*”⁶ em uma antiga lista de discussão na internet. A “misandria” parece propor uma falsa simetria com a misoginia⁷. O termo disputa e contesta o ódio contra mulheres ao oferecer um nome para uma suposta “marginalização” dos homens, ao mesmo tempo que fortalece os laços solidários entre eles por meio da fabricação de uma condição comum (Kimmel, 2017; Marwick; Caplan, 2018). De acordo com Marwick e Caplan (2018), com o passar dos anos, as discussões online sobre “misandria” desencadearam e ampliaram a conversa em torno dos “direitos dos homens”.

O masculinismo coproduzido com a internet parece ter o ano de 2008 como um ponto de aprofundamento em razão da pior crise econômica estadunidense desde a Grande Depressão do Período Entreguerras (Fraser, 2019). Conforme Nancy Fraser (2019), a crise teria provocado uma lacuna de hegemonia que escancarou as contradições do neoliberalismo e do *establishment* político, contingenciando a emergência de um “neoliberalismo reacionário” que acirrou o etnonacionalismo e ofereceu um lar político para um certo imaginário de uma classe trabalhadora branca estadunidense, cujos homens foram feridos em sua identidade como provedores patriarcais (Kimmel, 2017). Para Wendy Brown (2018), o deterioramento socioeconômico produzido com as políticas econômicas neoliberais foi instrumentalizado contra bodes expiatórios de grupos minorizados, privatizando bens e serviços públicos com valores familiares e de mercado.

Esse contexto de crise econômica parece ter beneficiado as empresas de tecnologia do Vale do Silício que passaram a ser vistas como disruptivas. Com isso, também intensificou-se a crítica a elas, já que o início a década de 2010 marca a emergência dos Estudos de Plataformas, um subcampo dos STS que ressignificou o que até naquele momento era pensado na chave do tecnoutopismo da Web 2.0 (d'Andréa, 2021). Conforme Carlos d'Andréa (2021, p. 107), os Estudos de Plataformas são uma virada crítica nos estudos em internet que “assumem o desafio de compreendê-las não só como ambientes de interações, mas também a

⁶ “Misandria”, em uma tradução livre. De acordo com Marwick e Caplan (2018), o termo não é novo e surgiu no final do século XIX, derivando-se do grego.

⁷ Definida pelo Projeto de Lei 890/23, a misoginia é entendida como “discriminação, preconceito, propagação do ódio ou aversão praticados contra mulheres por razões da condição de sexo feminino” (Projeto [...], 2023).

partir de sua robusta materialidade e de sua centralidade no regime capitalista contemporâneo”.

As plataformas online parecem fulcrais para o contingenciamento contemporâneo do que Angela Nagle (2017) identifica como guerras culturais online; uma guerra conservadora e de pronunciado antifeminismo e masculinismo que ocorre contra grupos minorizados, “justiceiros sociais”, a “Esquerda”, a mídia tradicional, as universidades, entre outros. Julia Roth (2024) destaca que a atual guerra cultural é também uma guerra disputada nas trincheiras de gênero. Conforme a autora, essa guerra posicionou homens brancos cisheteronormativos como “heróis” que teriam rejeitado a posição de “vítimas” e de “marginalização” de suas masculinidades. Desse modo, a autora argumenta que a dimensão do gênero tem funcionado como metalinguagem e como ponte afetiva que pactua um “novo” senso comum para recentralizar a masculinidade normativa e a família patriarcal, ao mesmo tempo que o gênero é estrategicamente mobilizado para velar outras opressões intercruzadas. Essas guerras desconhecem fronteiras, sendo simultaneamente realizadas em espaços domésticos e transnacionais, tendo a internet como campo aberto para as batalhas masculinistas porque testam e repactuam o estereótipo do homem (Vilaça, 2024).

Então, a associação entre masculinismo e a internet parece apontar para uma certa reiteração sócio-histórica da masculinidade normativa, reunindo dimensões sociais e técnicas. A seguir, discutimos uma maneira de nos aproximar desses arranjos por meio de aportes dos STS Feministas. Com isso, buscamos fundamentar a perspectiva das ambiências homossociotécnicas que será apresentada logo após essa discussão.

3. Performatividade sociotécnica

A perspectiva das ambiências homossociotécnicas enreda STS com Estudos Feministas. Desde os anos 1980, as interações e as afinidades entre esses campos de saberes contingenciaram os STS Feministas. É por meio das lentes dos STS Feministas que pactuamos o entendimento de que dimensões sociais e técnicas (ou materiais) são indissociáveis, de modo que uma dimensão cria as condições, as possibilidades e os limites para a outra, moldando-se mutuamente. Isto é, o social e o técnico coproduzem-se de maneiras instáveis, mas insistentes, criando unidades niveladoras locais que atualizam forças padronizantes globais.

Essa coprodução pode ser pensada por meio de uma extensão dos postulados de Sheila Jasanoff (2004). A autora questiona as percepções de “objetividade” e de “neutralidade” que frequentemente são associadas aos fenômenos contingenciados com a ciência e com a tecnologia. Esses valores são historicamente construídos com o ponto de vista do gênero cismasculino, frequentemente adotado como perspectiva universal do ser humano. Com isso, esse ponto de vista criou o que Donna Haraway (1988) percebe como “truque de deus”, já que reiterou o devaneio de uma ciência e de uma tecnologia que poderiam ver sem um corpo e de observar sem serem observadas.

Do mesmo modo, “parcialidade” ou “viés” nos parecem insuficientes para observar a ciência e a tecnologia, já que essas percepções enfatizam o social sobre o técnico ou vice-versa. Então, Jasanoff (2004) concebe a coprodução como um caminho do meio entre a metafísica e a epistemologia. Conforme esse idioma descritivo, a atividade da ciência e da tecnologia não seria a de apreender o mundo, mas de fazê-lo. Para a autora, isso deve levar em consideração que ciência e tecnologia não estão separadas da sociedade e da cultura, mas são produzidas com elas.

Conforme a autora, humanos e não humanos não são equivalentes ou simétricos, mas têm *paralelos* em suas formas de agir e um *entrelaçamento* na constituição um do outro. Para Jasanoff (2004), essa reunião pode se dar por meio de *imaginações* ou *representações estratégicas* que são capazes de tecer uma rede de experiências compartilhadas. Esse tecer pode ser normativo e cultural, o que extrapola o tamanho de uma determinada rede, apontando para a criação de unidades padronizantes e de medidas de controle contingentes, estabilizadoras e contestáveis. Então, o idioma da coprodução considera conflitos morais e políticos como partes de um determinado arranjo sociomaterial dinâmico. De acordo com Jasanoff (2004, p. 36, nossa tradução), isso abre “a possibilidade de ver certas forças ‘hegemônicas’ não como algo dado, mas como (co)produtos de interações e práticas contingentes”.

Em diálogo com os STS Feministas, a performatividade é uma noção que pode ajudar a refletir sobre as *dinâmicas* múltiplas e contingentes que arranjam humanos e não humanos. Inspirada nos postulados de Judith Butler, Karen Barad (2013) sugere um entendimento da performatividade que assume práticas discursivas e práticas materiais como unidades semânticas primárias, desafiando a percepção de que as representações linguísticas são mais acessíveis do que o próprio mundo. Para Barad (2013), as performatividades ajudam a

resgatar a dimensão material dos conceitos e dos conhecimentos ao contribuir para o entendimento de que práticas discursivas não são necessariamente uma atividade humana e de que materiais não possuem uma essência fixa. Isto é, para ela, os materiais estão em constante processo de estabilização e desestabilização. Conforme a autora, esse processo de contínua materialização é composto também por restrições, exclusões e regulações.

Desse modo, arranjos sociomateriais podem ser pensados como emaranhados de práticas discursivas e práticas materiais que encenam um determinado fenômeno. Essa produção mútua e constante é pensada por Barad (2013) como *ontologia relacional* em que os elementos que compõem um fenômeno ou conhecimento agem *intra*-relacionalmente. A *intra*-ação destaca que a especificidade de um arranjo sociomaterial emerge com o dispositivo de observação. Isto é, o recorte de observação é agencial (e não cartesiano), indissociando humanos e não humanos, sujeitos e objetos. A autora chama essa perspectiva de ontoepistemologia. Com isso, Barad (2013) parece desafiar a pretensão de exterioridade da ciência e da tecnologia com relação ao mundo que pesquisam/estudam/observam.

Mol (2002), uma pesquisadora que empreendeu uma certa antropologia da Saúde, retoma o corpo ao discutir essa indissociabilidade entre o social e o material. Para a autora,

[o]s corpos, portanto, não se opõem às performances sociais, mas fazem parte delas. As performances não são apenas sociais, mas também materiais. Então, aí estão eles, os objetos. Eles participam da maneira como as pessoas encenam suas identidades. Mas, uma vez que os objetos estão no palco, também podemos investigar suas identidades (Mol, 2002, p. 40, nossa tradução).

A autora salienta que não há bastidores em que a realidade “real” está escondida ou onde é fabricada. Para ela, enquanto a cena é encenada, atores (humanos e não humanos) produzem-se mutuamente por meio de fricções, contradições e diferenças que se ordenam como em uma coreografia que pode ser encenada de maneiras diferentes em locais diferentes. Desse modo, Mol (2002) discorre sobre ontologias que são *múltiplas* e *coreografadas*; elas são um processo no tempo. Então, para a autora, assim como as identidades das corporalidades são frágeis, voláteis e teimosas, as identidades dos objetos também são, uma vez que os não humanos têm história e requerem esforço contínuo para ser o que são.

Para Lucas Introna (2019), a noção de performatividades ajuda a questionar o determinismo tecnológico. Segundo o autor, as tecnologias não são causa/determinação de alguma coisa, mas um processo histórico e social. Desse modo, tecnologias podem ser pensadas como um conjunto de práticas que *intra*-relacionam o social e o material, de modo

que usuários e tecnologias têm relações mútuas; eles se coconstroem de maneiras esperadas e inesperadas. No entanto, as tecnologias encorajam o mundo a “aparecer” de determinadas maneiras e não de outras. Então, as performatividades têm um caráter normativo e temporal, organizando uma estabilidade conquistada, e não dada.

É por meio das performatividades que Eleanor Drage e Federica Frabetti (2023) argumentam que as tecnologias online produzem os corpos e os eventos que vigiam ao identificá-los, reconhecê-los ou descrevê-los. Desse modo, essas tecnologias coproduzem as normais sociais, já que resgatam eventos anteriores para agir no presente. Segundo Drage e Frabetti (2023), a performatividade ajuda a refletir sobre como as tecnologias online atuam com as estruturas de poder para estendê-las, e não como projeto de justiça social ou de segurança. Então, conforme o estudo das autoras, “‘performatividade’ é o que acontece quando um conjunto de atores humanos e não humanos cria o mundo no processo de medi-lo” (Drage; Frabetti, 2023, p. 8, nossa tradução).

Assim, as performatividades sociotécnicas são tomadas como pano de fundo para pensar as relações coproduzidas entre as plataformas online e seus usuários, em um contexto contemporâneo de guerras culturais e de gêneros em que destacamos a ressurgência contingente do masculinismo. Essa noção resgata a participação da dimensão material em arranjos sociotécnicos dinâmicos que estendem normas padronizantes, encenadas e transformadas localmente *com* certos espaços. Desse modo, humanos e não humanos constituem mutuamente as identidades uns dos outros por meio de agência múltipla e distribuída, mas não necessariamente simétrica, que constantemente cria mundos e fabrica corpos. Então, a seguir, discutiremos como ambiências sociotécnicas masculinistas se coconstituem com homossociabilidade e com homofilia.

4. Ambiências homossociotécnicas

A perspectiva das ambiências homossociotécnicas é uma tentativa de caracterizar sob uma nova ótica os fenômenos masculinistas contemporâneos que são coproduzidos com a internet, de modo a não os assumir como isolados e autorreferentes. A proposta é observá-los como parte de um arranjo que contingencia a reunião indissociável de dimensões sociais e técnicas, emergindo sempre em relação a outros arranjos e em referência ao seu contexto sócio-histórico. Em diálogo com os postulados de Barad (2013), esse entendimento percebe

espaços online monossexuais masculinos como possibilidades de *intraconexão* em que sentidos e materiais se fundem e se transformam ontoepistemologicamente.

A proposta de observar a constante fabricação de ontoepistemologias masculinistas como “ambiências” sublinha a dimensão material desse arranjo sociotécnico, mas sem a sobrecarregar e sem esquecer da dimensão social, sendo arranjo híbrido de agência múltipla e distribuída. O termo já tem algum lastro literário relacionado a noções de textos (Gumbrecht, 2014) e de dispositivos midiáticos (Vaz; Antunes, 2006; Alzamora; Ziller; d'Andréa, 2018), mas ainda oferece certa maleabilidade no campo da Comunicação, o que possibilita dar destaque para o aspecto concreto, normativo, relacional e político das ambiências por meio de um resgate de sua definição de dicionário e de seu lastro conceitual.

Segundo o Michaelis Online (2024), uma ambiência é um “meio físico em que se vive”, “um conjunto de condições morais, intelectuais ou sociais que cercam uma pessoa e que podem influenciar sua vida; meio ambiente”, “espaço que, em termos físicos, estéticos e psicológicos, é próprio para a realização de atividades humanas”. Então, entendemos que uma ambiência pode envolver, mas sem fronteiras claras, e criar condições normativas, políticas e sociomateriais.

Ao discutir o *Stimmung* dos textos da Literatura, Hans Gumbrecht (2014) associa essa noção com atmosferas e com ambientes, também entendidos como ambiências. Conforme o autor, o *Stimmung* chama atenção para as formas textuais que envolvem nossos corpos como uma realidade física exterior que catalisa sensações e afetos interiores, tocando-nos “como se de dentro”. Gumbrecht (2014) discute esse enredamento entre exterior e interior e entre forma e conteúdo como um encontro, uma presença e uma imediatez que convoca o toque mútuo entre sujeitos e objetos. Esses ambientes e atmosferas condicionam situacional e contextualmente nossos comportamentos e sensações, indissociando experiências estéticas e experiências históricas.

No campo da Comunicação, Paulo Bernardo Vaz e Elton Antunes (2006) pensam o dispositivo midiático como um arranjo ou como uma ambiência que institui um mundo próprio do discurso, sendo manifestação material desse discurso, estruturação de sentido, organização dos processos de interação e de circulação de materiais significantes. Por sua vez, Geane Alzamora, Joana Ziller e Carlos d'Andréa (2018) também associam uma certa concepção de dispositivo midiático com ambiência. Para essas autorias, em diálogo estreito com Michel Foucault, dispositivos são redes heterogêneas e conjuntos de práticas que

contextualmente respondem a questões de seu tempo, articulando, configurando e condicionando regimes de saberes e de poderes que emergem em relação a outros dispositivos.

Alzamora, Ziller e d'Andréa (2018, p. 66) enfatizam a adequação do dispositivo “para compreender a trama de relações que caracteriza a onipresença da mídia na vida cotidiana, sua materialidade técnica e sua imaterialidade simbólica, assim como seus atravessamentos sociais, culturais, políticos, econômicos, institucionais etc”. Ao aproximar a noção de dispositivo da noção de mídias, Alzamora, Ziller e d'Andréa (2018) discutem as ambiências. Essas ambiências emergem como rede relacional e flexível que concretiza condições que possibilitam e organizam disposições para o agir e que estão sempre enredadas em outras redes.

A aproximação das ambiências com as plataformas online pode ser feita em diálogo com Letícia Cesarino (2022) para novamente chamar a atenção para uma certa indeterminação entre humanos e não humanos. Segundo a autora, as plataformas online são projetadas para tomar os humanos como os ambientes em que agem as técnicas dos não humanos. Desse modo, as plataformas online aperfeiçoam os serviços oferecidos aos seus clientes: os anunciantes. Então, as ambiências dialogam com essa indeterminação entre humanos e não humanos em que um pode ser o ambiente de agência do outro. No entanto, como lembra Cesarino (2022), é importante considerar a assimetria hierárquica brutal entre usuários e plataformas. Então, uma ambiência pode ser entendida como parte de textualidades midiáticas que muitas vezes não chamam atenção para si, mas que propiciam diferentes condições, limites e possibilidades de agência para os atores envolvidos.

Na atualidade, as plataformas online parecem contingenciar e talvez até favorecer a emergência de ambiências monossexuais masculinas, concretizando o que observou o estudo de Michael Kimmel (2017). Conforme o autor (2017, p. 16, nossa tradução), homens brancos e raivosos “[...] estão procurando por algo, procurando por um espaço onde possam se sentir homens de verdade de novo, um espaço que não esteja poluído pela presença de seus outros, um clube homosocial puro, um vestiário, ou ‘círculo de conversas’”. Para Steve Pile (1994), a ampliação constante dessas ambiências ocorre por meio de batalhas e de guerras, o que compõe uma certa geografia masculinista. Portanto, ambiências masculinistas não são apenas processos geográficos e ontológicos, mas também movimentos históricos, políticos e epistemológicos.

Com as plataformas online, essas ambiências talvez possam ser pensadas como um novo salto da reunião intensa entre o espaço e o tempo e entre o homem e a máquina que, segundo Mosse (1996), teve marcos anteriores na Revolução Industrial do século XVIII e nas Grandes Guerras do século XX. Na contemporaneidade, essas reuniões talvez se alinhem a uma certa prática da ciência e da tecnologia que pactua o gênero masculino. Para Judy Wajcman (2009), essa projeção de gênero acontece quando ciência e tecnologia emergem associadas com a indústria e com a guerra. Partícipes dessa associação, as plataformas online podem ter favorecido o recrudescimento do estereótipo do homem e da geografia masculinista por meio das guerras culturais online e de gêneros contemporâneas.

Nesse sentido, as plataformas online parecem participar da fabricação de masculinidades, o que suscita uma retomada do conceito de performatividade de Judith Butler (2018; 2020) para quem os gêneros – como identidades e como papéis sociais – não podem prescindir de suas manifestações materiais. Para a autoria, essas manifestações não são rígidas ou imutáveis, ainda que sejam as condições, os limites e as possibilidades dos gêneros. Isso implica que as corporalidades são também constantemente compostas por discursos contextuais, mas que atualizam discursos anteriores. Isto é, gêneros e corpos nunca estão “terminados” e são um processo constante de aprendizado.

Esse aprendizado tende a indicar uma certa relação de causa e efeito entre corpos e gêneros, como se um prescrevesse o outro. Desse modo, existe uma instabilidade inerente em “ser mulher” e em “ser homem” (Butler, 2020), mas também uma expectativa, uma imposição e uma persistência dessas categorias que são reforçadas e hierarquizadas por meio da cisheteronormatividade. Assim, em alguma medida, o “eu” *mimetiza* as normas, mas não como uma cópia perfeita. Seguindo o pensamento da autoria, essas normas informam, mas não determinam, o papel social desempenhado pelas corporalidades. Para Butler (2018), o desempenho desse papel é uma performance que dramatiza o artifício ou a técnica insistente e repetente de aquisição de um corpo sexuado. Assim, não há gêneros ou sexos que antecedam a performance. E como as normas são sempre plurais e entrecruzadas, para Butler (2020), dialogando com Gloria Anzaldúa, gêneros são apenas uma das dimensões que coproduzem normativas. Outras dimensões, como raças e classes, também estão coconstituídas com essas dinâmicas performativas.

Desse modo, a masculinidade manifesta um aspecto normativo que, em seu caráter pedagógico e iterativo, orienta um constante tornar-se homem. Isto é, as masculinidades

alcançam os corpos como uma materialidade socialmente constituída com o tempo e com o espaço. Segundo a abordagem de Raewyn Connel (2003), os corpos são coagentes de práticas individuais e coletivas que fabricam certos ordenamentos sociais. Para a autora (2003, p. 99, nossa tradução),

[g]raças às práticas que se refletem no corpo e dele se derivam, os processos sociais se inscrevem nos corpos e os incluem na história, sem lhes retirar sua essência de corpos. Não se convertem em símbolos, signos, nem lugares em um discurso. Sua materialidade (que inclui capacidades materiais para gerar, dar à luz, produzir leite, menstruar, abrir-se, penetrar, ejacular) não desaparece, segue sendo importante.

Conforme Vigoya (2018, p. 43), as masculinidades são modelos normativos que têm “manifestação histórica, uma construção social e uma criação cultural cujos significados variam segundo as pessoas, as sociedades e as épocas”. Elas são pensadas como uma multiplicidade que mantém relações entre si e com as feminilidades, não sendo correspondentes aos homens e às mulheres, respectivamente. Para Vigoya (2018), isso parece salientar que masculinidades são uma espécie de teatralidade com as corporalidades.

Kimmel (1998) pensa as masculinidades como uma dinâmica que fabrica hierarquias. Para o autor, a masculinidade hegemônica cria as suas subalternidades e vice-versa. Ou seja, as subalternidades são uma condição – e não uma etapa – da dominância. Conforme Kimmel (1998), a masculinidade hegemônica geralmente é alheia aos benefícios de sua dominância. Essas vantagens tendem a ser visíveis para aqueles afetados pelos violentos processos de outrização e de subalternização praticados pelo modelo de hegemonia. Ainda conforme o autor, tais violências podem estar ligadas a dimensões étnicas e raciais, classes, sexualidades, identidades de gêneros e deficiências, uma vez que elas fraturam uma experiência linear da hegemonia.

Vigoya (2018) destaca os espaços de sociabilidade masculina como um eixo subexplorado dos Estudos de Masculinidades⁸, ainda que essas ambiências sejam fundamentais para a pedagogia das masculinidades. Esse eixo investigativo observa como espaços monossexuais masculinos fabricam-se em conjunto com um esforço violento de expurgar o feminino (Wezler-Lang, 2001) e de hierarquizar racialidades (Kimmel, 1997; Vigoya, 2018; hooks, 2022). Esses processos de sociabilidade masculina podem ser

⁸ Vigoya (2018) examinou a literatura sobre masculinidades em Nossa América – um termo que marca e revigora uma América que não é a do Norte – desde a década de 1980. Ela identificou que trabalhos sobre espaços de homosociabilidade masculina representam apenas 2% das pesquisas realizadas na Nossa América.

caracterizados como homossociabilidades: um constante processo de aprendizado das masculinidades que ocorre com espaços monossexuais masculinos (Wezler-Lang, 2001).

Segundo Daniel Welzer-Lang (2001), espaços monossexuais são locais onde meninos e homens treinam uns aos outros para combater traços femininos. Para o autor, nos espaços de produção do masculino, homens se dissociam do mundo das mulheres e das crianças para vivenciar a homossociabilidade. Esses locais podem ser pátios escolares, estádios de futebol, bares e outros lugares. Nessas ambiências, como enfatizam Welzer-Lang (2001) e Kimmel (1997), as violências e os abusos que homens impõem uns aos outros são práticas que exageram as masculinidades e que aceleram processos de ranqueamento masculino.

Nesse contexto, as homofobias – como um medo de ser emasculado quando as performances das masculinidades são desmascaradas como o artifício que elas são (Kimmel, 1997) – funcionam tanto como uma estratégia de subalternização das mulheres, em razão da exclusão do feminino, quanto como uma tática de patrulha das fronteiras da heterossexualidade e do gênero masculino. Para Welzer-Lang (2001), isso amplia o heterossexismo; uma forma de discriminação e de opressão a serviço da presunção tácita de que todas as pessoas são heterossexuais, o que é especialmente prejudicial para as homossexualidades, as lesbianidades, as transgeneridades, as transexualidades e as identidades travestis.

Dessa forma, o heterossexismo parece uma manifestação da heterossexualidade compulsória que, por sua vez, organiza os laços homossociais (Rich, 2010; Rubin, 2017). A heterossexualidade compulsória não apenas cria hierarquizações entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens (Rubin, 2017). Nesses processos de sociabilidade, atribuem-se valorações diferentes para diferentes mulheres, de modo que elas podem ser convertidas em uma espécie de moeda que ranqueia os homens conforme os “bens” que possuem (Kimmel, 1997; Welzer-Lang 2001) e que negociam entre si (Rubin, 2017). Transformadas em *commodities*, mulheres seriam bens finitos. Isso implicaria homens cisheteronormativos em uma competição contínua pelo “melhores recursos”, já que esses “recursos” evidenciam um certo posicionamento na hierarquia homossocial; uma hierarquia que exige provas constantes. Isso constrói um gênero erigido com a premissa de vencer o tempo todo (Kimmel, 2017).

Ao observar o contexto da Nossa América, Vigoya (2018) pontua que nem todas as mulheres são subalternizadas por todos os homens, já que processos de imperialismo e de

colonialidade complexificam essas relações ao produzir assimetrias também por meio de eixos étnicos e raciais. Imperialismos e colonialidades apontam para múltiplos eixos de desigualdades que se cruzam e atuam de modo interrelacionado aos gêneros, mas sem que os gêneros tenham primazia. Esse cruzamento de eixos de desigualdades é pensado por Vigoya (2018) segundo o dispositivo analítico, heurístico e ativista das interseccionalidades. Conforme Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016, p. 4), esse dispositivo postula que “raça, classe, gênero, sexualidade, d/eficiência e idade operam não como entidades discretas ou mutuamente exclusivas, mas se edificam umas sobre as outras e trabalham juntas”. E, para Vigoya (2018), a interseccionalidade distribui custos e benefícios assimétricos entre homens diferentes, pluralizando as experiências das masculinidades.

Segundo Vigoya (2018), nessa dinâmica, as masculinidades fabricadas com corpos negros e indígenas são submetidas a provas de ascensão ainda mais rigorosas e mais desleais no âmbito das competições homossociais, o que aponta para processos de marginalização. Então, o ranqueamento de masculinidades não pode ser pensado apenas como misógeno e LGBTQIAPN+fóbico, sendo também racista porque classifica homens de acordo com uma certa “pigmentocracia” que, conforme Vigoya (2018), gradua as pessoas em superiores e inferiores conforme a sobreposição entre cores de pele e comportamentos sexuais, de modo que pessoas inferiorizadas não são percebidas como equilibradamente sexualizadas. Então, pensando com Vigoya (2018), a masculinidade normativa pode, para além dos gêneros, prescrever simultaneamente racialidades e sexualidades.

Portanto, a ideia de patriarcado merece atenção, uma vez que não pode ser entendida como um sistema de dominação universal dos homens sobre as mulheres, mas ainda levar em consideração o aspecto patriarcal do estereótipo masculino quando entendido como um processo de subalternização de mulheres e também como um processo específico de subalternização de certos homens. Ao discutir a relação entre trabalho e a provisão de famílias cisheteronormativas, pilares do estereótipo do homem, bell hooks (2022) argumenta que o ideal biparental patriarcal branco parece incongruente com a realidade da população negra. Isso porque os homens negros, sucessores de uma história de escravidão, tendem a ser desiludidos com o mito do trabalho como alicerce de suas famílias. Além disso, eles são alvos de violências racistas, como homicídios e encarceramento em massa. Então, hooks (2022) observa uma certa matriarcalidade entre as famílias negras. Desse modo, a autora argumenta que a patriarcalidade pode revelar uma política de dominação de raças e de

gêneros, o que entrelaça o patriarcado com supremacia branca. Em linha de pensamento similar, Kimmel (2017, p. xx) argumenta que a patriarcalidade estratifica as sociedades com marcadores de gêneros e de raças, criando masculinidades normativas (heterossexistas e racistas) em todas as classes sociais, já que o “senso de legitimidade racial e de gênero desconhece o sistema de classes”.

Na atualidade, isso tem ocorrido em conjunto com um movimento reacionário. A emergente masculinidade reacionária não se constrói apenas sobre o poder masculino, ainda que parta dele como prática normativa, mas sobre um “sentimento de perda de poder e uma reação defensiva frente a essa experiência de enfraquecimento” (Vigoya, 2018, p. 58). Desse modo, em diálogo com Kimmel (1998), alguns homens podem ser cúmplices do modelo normativo, uma vez que, ao perseguir as condições da normatividade, talvez eles colham alguns de seus benefícios. Esses benefícios também podem ser distribuídos entre mulheres que reiterem o estereótipo do homem (Vigoya, 2018). No entanto, dificilmente essas mulheres querem ou conseguem conformar-se plenamente ao lugar que deveriam ocupar nessa estrutura homossocial patriarcal.

Encaradas como um campo de batalha, as materialidades da internet podem privilegiar a homossociabilidade patriarcal-reacionária e o aprendizado de masculinidades interseccionalmente ordenadas até o ponto de possibilitarem um contramovimento masculinista que advoga pelo estereótipo aspiracional do homem. Ou seja, um contramovimento que celebra a supremacia masculina, a supremacia branca e a supremacia do individualismo. Então, em ambiências online, a homossociabilidade parece arquitetada com as ordenações da homofilia, sendo esta última noção postulada por Wendy Chun (2021).

Com foco nas questões raciais coconstituídas com as tecnologias da internet, Chun (2021) destaca a ambição do Vale do Silício de suplantar marcadores de diferença, criando uma espécie de “utopia sem raças”. Para a autora, isso eventualmente teria transformado a materialidade online em um espaço aberto à colonialidade dos Estados Unidos por meio da imposição de um modelo pretensamente “neutro”. De acordo com Chun (2021), esse projeto colocou a branquitude como o padrão *default* da internet. Desse modo, o ensejo de apagar marcadores de diferenças raciais pode ter banalizado desigualdades, já que, nessa perspectiva, espaços sem marcadores raciais corresponderiam a espaços sem racismo, o que culpa as pessoas cujas racialidades foram subalternizadas pelo racismo sofrido por elas.

Chun (2021) observa que, ao ver ruir essa “utopia”, o Vale do Silício projetou a segregação de pessoas em agrupamentos (*clusters*) ou vizinhanças como a solução “mais fácil” para “dissipar” a discriminação. A autora identifica essa segregação na internet como homofilia. Isto é, uma estratégia contemporânea de eugenia que organiza preditivamente pessoas em categorias segmentadas e opostas conforme a gestão de seus dados demográficos. Para Chun (2021), a homofilia transforma o ódio entre agrupamentos em amor pelo próprio grupo, como se amar o próximo – alguém que é muito parecido com você – fosse amar a si. Segundo a autora, essa técnica de transformar ódio em amor é comum entre supremacistas brancos. A técnica também tem se mostrado eficiente entre grupos que se consideram apolíticos porque, para eles, as pessoas ao lado, seus vizinhos, são uma intensa influência pela proximidade. Nas palavras de Chun (2021, p. 37, nossa tradução), “dito de forma mais direta: em uma tentativa de destruir todo e qualquer sentimento de comunhão, ‘comunidades’ foram planejadas e construídas a partir de diferenças e animosidades”; uma discriminação que é explorada, e não remediada, pela gestão correlacional de dados que organiza essas vizinhanças.

Então, a perspectiva das ambiências homossociotécnicas aponta para a fabricação contínua de arranjos sociomateriais que são ontoepistemologicamente e geopoliticamente coproduzidos por meio de práticas homossociais patriarcal-reacionárias indissociavelmente combinadas com práticas homofílicas afetivo-segregacionistas, privilegiando supremacia masculina, supremacia branca e supremacia do individualismo que orientam a construção do estereótipo do homem. Trata-se de um olhar que performativamente encena as corporalidades masculinistas interseccionais e as multidimensões das plataformas online em que uma coproduz as condições, os limites e as possibilidades da outra.

Essas ambiências não coincidem com uma plataforma ou com um grupo de indivíduos, mas coemergem por meio de relações situadas e mutuamente constituintes entre eles. Desse modo, uma ambiência homossociotécnica está sempre em relação a outras, fabricando constantemente uma assembleia movente de ambiências homossociotécnicas. Assim, a ótica das ambiências homossociotécnicas é uma tentativa de deslocar a ressonância do que Cesarino (2022) chama de “mundo do avesso”; um mundo de extremos pré-representacionais em permanente crise criado com a perspectiva das plataformas e com a economia da indústria tecnológica.

Então, a perspectiva das ambiências homossociotécnicas implica quem pesquisa na constituição dos fenômenos que observa, além de convocar um resgate sócio-histórico e contextual das relações que coproduzem um determinado arranjo. Por isso, trata-se de uma proposta com certas limitações. Por isso, nos apontamentos deste artigo, propomos uma reflexão sobre as possíveis críticas e os possíveis limites dessa perspectiva.

5. Apontamentos

A perspectiva das ambiências homossociotécnicas foi pensada em observação aos fenômenos contemporâneos que enredam masculinismo e plataformas online em diálogo com os STS Feministas. Desse modo, a noção faz uma tentativa de abordar a reiteração sócio-histórica e material do estereótipo do homem, desnaturalizando-o e provincializando-o, mas sem perder de vista a sua manifestação contextual e situada nas atuais guerras culturais online e de gêneros; campos de batalha que testam e repactuam a masculinidade normativa. Essa proposta pode e deve ser criticada por dar nova centralidade para questões masculinas que nunca deixaram o centro. Não discordamos dessa crítica, mas pontuamos que Estudos de Masculinidades compõem Estudos Feministas que, por sua vez, são muito influentes para a Comunicação e para os STS. Os Estudos Feministas lembram que homens não são sinônimo de “seres humanos”, sendo constituídos com gêneros – uma dimensão instrumentalizada pelo masculinismo para acobertar discriminações diversas –, o que desafia o senso comum para o qual o gênero é equivalente a “mulheres” (Vigoya, 2018).

A perspectiva aqui apresentada retoma a emergência da internet e das plataformas online como processo de textualização da masculinidade normativa e foi pensada mais especificamente em observação à machosfera – mobilização brasileira da *manosphere* – coproduzida com o Reddit. Desse modo, as plataformas online com as quais o fenômeno se manifesta não devem ser tomadas como materialidades neutras e autoevidentes ou meramente enviesadas, passando a ser entendidas como coconstituintes dos arranjos que contingenciam, já que ambiências masculinistas emergem de modos diferentes em formações homossociotécnicas diferentes. Para tanto, propomos que a história e a arquitetura dessas plataformas sejam retomadas para contextualizar como cada uma delas encoraja e é encorajada com o masculinismo. Então, a identidade dessas ambiências, em que plataformas e usuários se encontram, pode ser recontada relacionalmente e contextualmente *com* o olhar de quem as estuda. Assim, buscamos reforçar que as ambiências homossociotécnicas foram

pensadas para observar fenômenos masculinistas que coemergem com as plataformas online. A extrapolação dessas materialidades deve ser feita com cuidado, o que foge da discussão proposta para este artigo.

Referências

- AMBIÊNCIA. DICIONÁRIO Michaelis, 2024. Disponível em:
<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ambi%C3%AAncia/>>. Acesso em: 7 set. 2024.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto tipifica e pune crimes resultantes da misoginia. *Agência Câmara de Notícias*, 5 jul. 2023. Disponível em:
<<https://www.camara.leg.br/noticias/961706-projeto-tipifica-e-pune-crimes-resultantes-da-misoginia/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20890,da%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20sexo%20feminino.>>>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- ALZAMORA, G.; ZILLER, J. D'ANDRÉA, C. Mídia e dispositivo: uma aproximação à luz de Michel Foucault. LEAL, B.; CARVALHO, C.; ALZAMORA, G. (Orgs.). *Textualidades Midiáticas*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, p. 59-81, 2018.
- BARBROOK, R.; CAMERON, A. The Californian ideology. *Science as Culture*, p. 44-72, 1996.
- BARAD, K. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. WYER, M.; BARBERCHECK, M.; COOKMEYER, D.; OZTURK, H.; WAYNE, M. (Orgs.). *Women, Science, and Technology: A Reader in Feminist Science Studies*. Londres: Routledge, 2013. p. 473-494.
- BLAIS, M.; DUPUIS-DÉRI, F. Masculinism and the Antifeminist Countermovement. *Social Movement Studies*, p. 21-39, 2012.
- BROWN, W. Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century "Democracies". *Critical Times*, p. 60-79, 2018.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: n1 edições, 2020.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CESARINO, L. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CHUN, W. H. K. *Discriminating data: Correlation, neighborhoods, and the new politics of recognition*. Cambridge: MIT Press, 2021.

- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- CONNEL, R. *Masculinidades*. México: Universidad Nacional Autónoma do Mexico, 2003.
- D'ANDRÉA, C. Para além dos dados coletados: políticas das APIs nas plataformas de mídias digitais. *MATRIZES*, p. 103-122, 2021.
- DRAGE, E.; FRABETTI, F. The Performativity of AI-powered Event Detection: How AI Creates a Racialized Protest and Why Looking for Bias Is Not a Solution. *Science, Technology, & Human Values*, p. 1-28, 2023.
- FRASER, N. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Anatomia Literária, 2019.
- GUMBRECHT, H. Ler em busca de Stimmung: como pensar hoje na realidade da literatura. GUMBRECHT, H. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 9-33
- HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, p. 575–599, 1988.
- HARTMAN, A. The Sixties as Liberation. HARTMAN, A. *A war for the soul of America: a history of the culture wars*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2015. p. 1-38.
- HOOKS, b. *A gente é da hora: homens negros e masculinidade*. São Paulo: Elefante, 2022.
- INTRONA, L. Performativity and sociomaterial becoming: what technologies do. WEBB, S. (Org). *The Routledge Handbook of Critical Social Work*. Routledge, 2019. p. 312–323.
- JASANOFF, S. *States of knowledge: the co-production of science and social order*. Londres: Routledge, 2004.
- KIMMEL, M. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, p. 103-117, 1998.
- KIMMEL, M. *Angry White Men: American masculinity at the end of an era*. Nova Iorque: Bold Type Books, 2017.
- KIMMEL, M. Masculinity as homophobia: Fear, shame and silence in the construction of gender identity. GERGEN, M.; DAVIS, S. (Orgs.), *Toward a new psychology of gender*. Oxfordshire: Taylor & Frances/Routledge, 1997. p. 223-242.
- MARWICK, A.; CAPLAN, R. Drinking male tears: language, the manosphere, and networked harassment. *Feminist Media Studies*, p. 1-17, 2018.

MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham e Londres: Duke University Press, 2002.

MOSSE, G. L. *The Image of man: the creation of modern masculinity*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1996.

NAGLE, A. *Kill all normies: online culture wars from 4chan to Tumblr to Trump and the alt-right*. Winchester: Zero Books, 2017.

NICHOLAS, L.; AGIUS, C. *The Persistence of Global Masculinism: Discourse, Gender and Neo-Colonial Re-Articulations of Violence*. Cham, Suíça: palgrave macmillan, 2018. p. 1-60.

PILE, S. Masculinism, the use of dualistic epistemologies and third spaces. *Antipode*, p. 255-27, 1994.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, p. 17-44, 2010.

ROTH, J. The US Election in Light of Gendered Culture Wars. *HuK Forum*. Viena, Graz, 2024. Informação verbal: Graz, 2024.

RUBIN, G. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

VAZ, P. B; ANTUNES, E. Mídia, um aro, um halo, um elo. FRANÇA, V.; GUIMARÃES, C. *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VIGOYA, M. V. As cores da masculinidade: experiências interseccionais de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: *Papeis Selvagens*, 2018.

VILAÇA, G. *Ambiências Homossociotécnicas: uma investigação sobre a machosfera, memes de internet e o r/brasilivre com o Reddit*. 514 p. Tese (doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2024.

WAJCMAN, J. Feminist theories of technology. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, p. 143-152, 2009.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriam Pillar Grossi. *Estudos Feministas*, p. 460-482, 2001.